

ESCOLA PÚBLICA E EDUCAÇÃO
DO TRABALHADOR*

Edna Garcia Maciel Fiod**

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre a escola, hoje, sem qualquer tipo de ilusão, exige apreendê-la como instituição que se dá numa sociedade capitalista internacionalizada. Nesta, "o único sujeito das relações sociais é, de fato, o capital, incorporado nas empresas e bancos e no próprio Estado" (Arruda, 1987:65). O trabalho humano aí realizado tem como objetivo a reprodução do próprio sistema - do capital.

O processo de automação e o aumento da prestação de serviços, ao mesmo tempo em que exige parcela de trabalhadores qualificados - de modo unilateral - provoca a semiquificação e desqualificação de grande parte da força de trabalhos e, ainda, marginaliza do processo produtivo outro tanto.

Para manter contradições tão agudas, a burguesia exerce o seu domínio através da coerção e do próprio consentimento da classe operária.

Na sociedade capitalista, o controle social e os aparelhos ideológicos do sistema, inclusive a educação, visam, segundo Arruda, à "domesticação" dos trabalhadores para a "servidão voluntária"; à aceitação do trabalho humano negado como modo de "existir" e afirmado enquanto modo de "subsistir" - como prolongamento da máquina e o objeto do capital.

A educação capitalista está organizada para esses fins: "Eis porquê ela precisa ser funcionalista, utilitária e

* Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa "O papel da escola na construção de uma sociedade democrática", realizada com o apoio financeiro do INEP. Inicialmente, foi apresentado na V Conferência Brasileira de Educação, dentro do Painel "Os trabalhadores e a qualidade do ensino na escola pública", em agosto de 1988.

** Professora do Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina.

unilateral" (Arruda, 1987: 66). A educação terá como meta desenvolver, no aluno, as dicotomias características da própria divisão social do trabalho, da contradição entre proprietários dos meios de produção e dos não-proprietários.

Por isso mesmo, a relação trabalho-escola aparece como categoria imprescindível, rica de possibilidades: não só se volta para a compreensão da escola existente, mas, sobretudo, coloca em perspectiva o desenvolvimento de um processo educativo dialeticamente ligado ao trabalho, que será expressão e libertação do trabalhador e da sociedade como um todo. Trata-se de "responder ao desafio de criar um sistema educativo em tudo superior ao que o capitalismo foi e é capaz de criar" (Arruda, 1987: 73).

2. Escola - Trabalho e sociedade brasileira.

A sociedade brasileira, como qualquer outra formação social capitalista, desenvolve, no seu interior, a contradição fundamental entre capital-trabalho. Ela se baseia na divisão social do trabalho e, portanto, no domínio material e político de uma classe hegemônica: a burguesia, que submete e explora, em seu benefício, a maioria da população.

As sociedades modernas, da era do capitalismo monopolista, assumiram formas históricas, que não resolveram a questão operária.

Nessa perspectiva, o estudo da escola e do trabalho tem que ser realizado, necessariamente, a partir do trabalho concreto e histórico, e não de conceitos abstratos.

A compreensão do capitalismo que se dá no Brasil e de sua "especificidade" surge como questão precedente ao entendimento da relação trabalho-escola e com o processo de construção da sociedade democrática.

Para Fernandes, a "Revolução Burguesa", no Brasil, não constitui um episódio histórico segundo esquemas repetitivos da história de outros povos, mas um "fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social" (Fernandes, 1981: 21). A "Revolução Burguesa" brasileira se desenvolveu através de opções e comportamentos coletivos, através dos quais os interesses da burguesia em formação deram origem a "novas" formas de organização do poder em três níveis, de modo simultâneo: da economia, da sociedade e do Estado.

De um lado implicava, por parte dos países subdesenvolvidos, em sua dependência aos dinamismos das economias capitalistas, desenvolvidas, centrais e, conseqüentemente, em serem permanentemente remodelados por elas. De outro, mantida a dependência, o que tem lugar é um "desenvolvimento capitalista incapaz de saturar todas as funções econômicas, sócio-culturais e políticas que ele deveria preencher no estágio correspondente ao capitalismo" (Fernandes, 1981: 29).

Por essas razões, a burguesia brasileira, possuidora de "moderado espírito renovador", tende a reduzir a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas do cres-

cimento econômico.

A "versão possível" do capitalismo, nos países periféricos e dependentes, inclusive no Brasil, além de manter e agravar as condições sociais de existência da maioria da população (miséria, opressão e atraso social), levou ao aprofundamento inevitável da dominação no âmbito externo.

Sob o padrão de desenvolvimento econômico capitalista-monopolista e dependente, a burguesia brasileira teve a oportunidade de revitalizar as bases materiais de seu poder e, segundo Fernandes, revolucionar o modo pelo qual podia exercer o seu poder especificamente, como dominação de classe burguesa. É também nesta etapa que o Brasil atinge sua maturidade econômica nos moldes capitalistas, com uma indústria competitiva a nível internacional.

A existência do capitalismo supõe, necessariamente, classes sociais distintas e antagônicas. O subdesenvolvimento e a dependência não as eliminam. O que se tem, nos países dependentes, é a existência e a manifestação histórica do poder burguês, exercido de modo mais brutal e extremo.

A partir de um poder que se impõe sem sutilezas, de cima para baixo, a burguesia recorre a quaisquer meios para se manter "elegendo-se a si mesma em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado em instrumento puro e simples de uma didatura de classe preventiva" (Fernandes, 1981: 297).

A periferia surge, na década de 40, como o espaço histórico disponível, em termos econômicos e políticos, para a

revitalização da reprodução capitalista mundial. Tem, portanto, "caráter político a transformação do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista, bem como a própria implantação e consolidação desse padrão de desenvolvimento nas economias periféricas" (Fernandes, 1981: 254).

Conseqüentemente, as transformações políticas no Brasil foram inevitáveis a partir de 1964: tiveram como objetivo a viabilização do desenvolvimento associado.

Nesse contexto, vários tipos de assistência foram propostos pelos países centrais, inclusive as educacionais - como os acordos MEC-USAID. Em termos educativos, as estratégias pedagógicas foram concebidas de acordo com o processo de modernização da sociedade brasileira, ou seja, de sua inserção na esfera do domínio capitalista internacional.

Evidentemente, a ajuda e a assistência técnica tiveram o efeito político de situar a educação na ótica geral de dominação interna e externa.

Para exercer hegemonicamente o seu poder de classe, a burguesia brasileira apropria-se do Estado. Através do poder de dominação e de controle do Estado, a burguesia se defronta com as demais classes.

A compreensão da natureza e da função da dominação burguesa e do Estado (sócio e parceiro da burguesia nesta etapa), nas condições em que estas concretamente se dão, torna-se fundamental para análise objetiva do papel da escola e da natureza de sua tarefa, na superação desse estado de coisas.

O capitalismo brasileiro não difere, na sua essên-

cia, do capitalismo dos países centrais. Possuindo as mesmas tendências da organização da economia, da sociedade e do Estado dos países centrais, estão dadas as condições históricas de uma produção racionalizada a nível dos países sub-desenvolvidos.

A burguesia nacional pôde, assim, formalizar as relações capitalistas de trabalho e construir o "novo tipo" de homem requerido pela produção e reprodução do capital, isto é, do valor.

Para Gramsci, a sociedade americana realiza seus objetivos, ao desenvolver no trabalhador, ao máximo, as atitudes maquinais e automáticas. Ao romper o velho nexó psicofísico do trabalho profissional qualificado, foi possível reduzir o trabalho a operações produtivas simplificadas e desqualificadas. Estas exigem apenas o aspecto físico-maquinal, de onde se conclui que "a hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia" (Gramsci, 1984: 381).

Se a hegemonia burguesa se dá a partir da fábrica e na maneira como os homens se relacionam ao produzirem os meios materiais de sua subsistência, lá também estará em gestação um outro tipo de hegemonia: a da classe trabalhadora. Se a hegemonia não precisa vir de outro lugar, compete ao trabalhador a missão histórica de libertar a si e à sociedade como um todo. É na fábrica mesmo, e através da organização política, que o trabalhador aprenderá a utilizar o seu potencial criativo e solidário rumo a uma nova práxis democrática. Esta exige a transformação radical da organização do trabalho, das estruturas e das instituições existentes.

Torna-se indispensável também questionar a educação reduzida à função seletora e especializante da produção capitalista. Fica claro que a escola do trabalhador somente ocorrerá quando a produção estiver voltada para o "existir" humano. Aí, a educação emergirá como "o processo permanente de capacitação do ser humano para esse existir, para esse descobrir e para esse produzir e produzir-se..." (Arruda, 1987: 71).

A categoria trabalho, como princípio educativo, não pode estar relacionada a qualquer tipo de atividade que o homem realiza para sobreviver, mas, ao contrário, ao trabalho que se dá no interior da grande indústria moderna.

Pensar sobre o trabalho, no Brasil, implica em compreendê-lo como país capitalista maduro - a nível industrial - e em tudo que implica a revolução burguesa aqui realizada.

3. Algumas "qualidades" da educação escolar que interessam ao trabalhador.

A "Nova República" não surge como um processo de democratização da sociedade brasileira. Ao contrário, significa "uma revitalização dissimulada do que, no aparato estatal da ditadura, servia melhor à compressão burguesa da ordem e ao esmagamento do movimento operário" (Fernandes, Folha de São Paulo, 1986: 3). Neste sentido, seria ingenuidade histórica acreditar que a sociedade brasileira caminha para um processo de homogeneização, de superação das injustiças sociais. Esta realidade constitui, sem dúvida, referencial privilegiado para a reflexão

dos problemas educacionais.

Pensar sobre a escola e a educação que convenham ao trabalhador exige um enfrentamento teórico despido de tergiversações. Por isso, não se pode aceitar a tese de que a burguesia ou o seu Estado possam tomar a si a tarefa histórica de proporcionar um governo que se comprometa a corrigir desigualdades sociais ou que dê prioridade ao ensino escolar e promova a sua universalização.

O Estado moderno - instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital - não poderá, na sociedade burguesa, ser livre ou democrático e, portanto, atender às necessidades sociais básicas das classes subalternas.

Buscar um sentido da escola pública para o trabalhador significa, sobretudo, perceber que a defesa do máximo de educação pública, gratuita e estatal, constitui o eixo central de negação da sociedade brasileira, de sua política econômica e do Estado capitalista.

As propostas pedagógicas que insistem em ver a escola como instituição de conteúdo crítico e científico sobre o trabalho e de universalização do saber erudito - como meio de, nesta sociedade, estarem colaborando com o processo de sua democratização - pressupõem o exercício unilateral da hegemonia burguesa.

A partir da crença de que o sistema capitalista se mantém apenas pelo consentimento, passa-se à defesa de que as principais tarefas dos socialistas e dos intelectuais progressistas se referem à conversão ideológica da classe operária para

libertá-la das mistificações capitalistas.

Tal formulação implica em que, mantidas as atuais condições, há possibilidade de socialização do saber erudito. O acesso à escola e, portanto, à ciência aparecem como pontos vitais para a elaboração da hegemonia operária. Daí, a contribuição política específica que o educador "competente" - aquele que sabe ensinar o aluno a ler, a escrever, contar, etc. ... - estará dando ao processo de democratização da sociedade brasileira.

A tentativa de explicitar a relação entre escola e trabalho que interessa à construção da sociedade democrática tem desafiado os profissionais da educação.

Se se pode, neste contexto, estabelecer a união entre trabalho e escola, entre teoria e prática, é necessário explicitar em que direção e em que dimensão política isto se torna possível.

Influenciados pelo positivismo e pelo pragmatismo, os educadores são solicitados a se responsabilizarem pela união entre trabalho e escola. Querem juntar, formalmente, o que a produção capitalista separa: trabalho manual e intelectual. Através da ideologia da tecnocracia "brasileira" e da influência da teoria do capital humano, os professores tendem a ver a educação como preparadora de mão-de-obra requerida pelo capital. Ou, por outro lado, tendem a assumir a escola capitalista, enquanto instituição de desenvolvimento humano e social.

Do pragmatismo, desemboca-se no idealismo pedagógico, perdendo-se a dimensão política do processo escolar.

Outro equívoco, não menos sério, encontra-se no fato de se eleger qualquer trabalho como categoria teórico-prática, a ser desenvolvida na práxis escolar. Com um conceito de trabalho abstrato, confunde-se o trabalho produtivo, identificando-o com atividade que o aluno - ou o pai deste - realiza para sobreviver.

É comum, a nível da escola pública, tomando-se como referência a legislação educacional, realizar a "preparação para o trabalho" de forma artesanal. Solicita-se do aluno, por exemplo, confecção de pã de lixo, porta-retrato, etc.. Através dessas atividades, tenta-se afirmar a validade e a dignidade universal do trabalho - seja manual ou intelectual. Esta categoria, posta a-historicamente, de maneira idealista, é vista como fonte geradora de riqueza e realização do homem, independentemente de sua classe social e da formação econômica na qual o trabalho está se dando.

A relação dialética entre trabalho e escola, teoria e prática, deve ser buscada nos fatores dinâmicos, no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são obrigados a estabelecerem entre si, ao empregarem as forças produtivas por eles acumuladas.

Se se fizer a conquista da sociedade democrática mediante a transformação revolucionária da sociedade burguesa, parece ser nesta dimensão que o sentido político da escola deverá ser explicitado.

Trata-se do desafio de criar um processo educativo orientado para a democracia operária, superior em tudo ao que a

"democracia" burguesa proporcionou até hoje. Refere-se à possibilidade histórica de "unir a educação ao trabalho de tal modo que o processo educativo, enquanto gerador de sujeitos, esteja situado no coração mesmo de um sistema produtivo humanizado" (Ar-ruda, 1987: 74).

A consequência pedagógica dessa nova concepção de trabalho humano será clara: os educadores, frente à visão de trabalho colocada pela história, recusar-se-ão a ver o aluno da classe trabalhadora como mercadoria a ser qualificada, entre outras coisas.

O operário adquire, na fábrica, o saber fazer, através da pedagogia da fábrica. O que lhe falta é a competência política, que lhe é negada pelo fato de o capitalismo dela prescindir para sua reprodução.

A luta pela escola pública, gratuita e de boa qualidade deve estar vinculada à proposta pedagógica que leve o operário a se engajar e/ou reforçar a luta pela transformação radical desta sociedade. Nisto reside o compromisso político da escola que interessa à classe trabalhadora.

Para isso, faz-se necessária a superação do caráter artesanal, manufatureiro, do educador brasileiro, passando-se à condição de educador político. Ao mesmo tempo em que defende o máximo de educação, quantitativa e qualitativa para o trabalhador, engaja-se nas lutas para superar a atual prática econômica corporativista.

A escola, para estar politicamente comprometida em elevar a consciência socialista do trabalhador, não pode entre-

gar-se ao luxo de ser dogmática e de separar teoria e prática política, isto é, conhecimento sobre o trabalho e luta pela transformação revolucionária da sociedade.

O compromisso político da escola não pode se estabelecer apenas com base no conteúdo crítico, na explicitação do mundo do trabalho. A espontaneidade não é outra coisa senão a forma embrionária da ação, consciente ou não, voltada para a preservação das relações sociais. O espontaneísmo nada custa ao capitalista, mas é dramático para o trabalhador.

A educação política da classe operária não se torna eficaz e revolucionária a partir dos esclarecimentos sobre a oposição de seus interesses em relação aos dos patrões, nem da opressão política que sofrem.

"A consciência da classe operária não pode ser uma consciência proletária verdadeira se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas, a reagir do ponto de vista social-democrata, e não de qualquer outro ponto de vista" (Lênin, 1986: 55).

Considerando que o proletariado, por suas condições econômicas de existência, torna-se apto a destruir o domínio burguês, Lênin focalizava as questões da instrução numa relação com as tarefas políticas da classe operária: "Declaramos que a escola à margem da vida, à margem da política, é falsidade e hipocrisia" (Lênin, 1986: 61). A burguesia interessa a escola convertida em instrumento do domínio de classe, impregnada do espírito de casta burguês, para proporcionar aos capitalistas

serviçais e hábeis operários.

Neste momento histórico, a escola que interessa à classe trabalhadora será aquela que colocará a si a tarefa fundamentalmente política de reconhecer que a luta de classes revolucionária e a ditadura do proletariado são condições históricas, sem as quais o professor não pode conseguir que "os conhecimentos deixem de ser um que fazer de privilegiados, deixem de ser material que reforça a posição dos ricos e exploradores, e se transformem em instrumentos da emancipação dos trabalhadores e explorados" (Lênin, 1981: 65).

Para isso, o educador brasileiro deverá também enfrentar o desafio de organizar a escola e, conseqüentemente, o aluno trabalhador. A escola, nesta dimensão, poderá se vincular ao trabalho político que vem sendo realizado pelos setores mais organizados da classe trabalhadora. Aí, a práxis escolar estará dialeticamente unindo teoria e prática - escola e trabalho - conforme interessa ao trabalhador.

A escola que fará a união entre trabalho manual e intelectual, vida e educação, pressupõe uma sociedade na qual só existirão trabalhadores. Nessa, não haverá ruptura entre teoria e prática, entre competência técnica e política.

A escola do futuro coloca, ao professor de hoje, as tarefas políticas que a escola poderá realizar. A fecundidade do pensamento de Gramsci reside em não desvincular o problema escolar do problema político. Mostra, também, que a educação é insuficiente para transformar a sociedade.

A possibilidade histórica da existência de um mun-

do qualitativamente diferente deste constitui desafio político-científico a ser enfrentado. Significa ter a capacidade de sonhar e de se apaixonar por uma sociedade na qual todos os homens, da criança ao adulto, serão seus dirigentes e edificadores.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, M. A articulação trabalho-educação visando a uma democracia integral. In: GOMEZ, Carlos Minayo et alii. Trabalho e conhecimento; dilemas na educação do trabalhador. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1987. p. 61-74.
- FERNANDES, F. Movimentos operários, greve e democracia. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 de set. de 1986. p.3.
- _____. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 413 p.
- FIOD, E. G. M. & GONÇALVES, M. E. O papel da escola na construção de uma sociedade democrática. Pesquisa realizada na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, dezembro de 1987.
- GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986. 341 p.
- _____. Maquiavel, a política e o estado moderno. 5ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984. 444 p.
- LÊNIN, V. I. O estado e a revolução. São Paulo, Hucitec, 1986. 153 p.
- _____. A instrução pública. Moscou, Progresso, 1981. 156p.
- MARX, K. O capital, crítica da economia política. São Paulo, Difel, 1982. v.1, 532 p.
- MELLO, G. C. Ensino de primeiro grau; as estratégias da transição democrática. In: MELLO, Guiomar Namó et alii. Educação e transição democrática. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1985. p.13-43. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 16).
- NOSELLA, P. Educação tradicional e educação moderna. Educação e Sociedade. São Paulo, 8 (23): 106-35, abr., 1986.
- SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1984. 96p.

RESUMO

A relação entre escola pública, gratuita e estatal brasileira e a qualidade desse ensino destinado à classe trabalhadora constitui a preocupação fundamental deste trabalho. Partiu-se do pressuposto de que o trabalho assalariado, historicamente dado, seja o ponto de partida para a compreensão do saber escolar estatal, que se torna, nesta sociedade, o saber compatível com a participação do trabalhador no processo produtivo. Trata-se de uma educação que expressa a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. A superação dessa dicotomia se refere ao desafio político e pedagógico a ser enfrentado pelos trabalhadores da educação. Se se pretende qualificar a escola, neste momento, torna-se imprescindível apreender, cientificamente, como se dará a educação em uma sociedade cuja relação social entre os homens não terá como fundamento o trabalho humano abstrato.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to deal with the relationship between the Brazilian free and governmental schools and its teaching quality referred to working class people.

We started from the hypothesis that the Labor class, historically presented, is the stepping stone to the understanding of the state schooling process, which turns, in this given society the established knowledge along with worker's participation in the productive process. It is through this educational process that the division between intellectual and manual labor is expressed. The overcoming of such a dichotomy is shown as a political and pedagogical challenge to be confronted by workers dealing with education. When we try to qualify this school, then we discover that it is important to grasp, scientifically how education will be processed in this society, where the social relationship among its members will not be founded upon any form of abstract human labor.